

PODER, IDENTIDADE E REPRESENTAÇÃO DO PRINCIPADO AUGUSTANO NA OBRA *ENEIDA* DE VIRGÍLIO

Ana Cecilia Stein

(Graduação em História/ Faculdade Saberes)

Resumo

Nossa pesquisa visa investigar a formação da identidade romana durante o principado instituído por Otávio, no período de 27 a.C à 14 d.C, respectivamente o ano em que Otaviano assume o poder como *princeps* e o ano de sua morte. Para tanto, iremos analisar como foram realizadas as propagandas imperiais e a difusão da imagem do *princeps* Augusto para a consolidação de seu poder. Em nossa análise, nos restringiremos à utilização da obra *Eneida*, importante trabalho de Virgílio, poeta que viveu durante grande parte do século I a.C. e que manteve estreitas relações com a política imperial, buscando, através da solicitação de Mecenas e de seus estudos, aliar a arte poética aos grandes feitos do *princeps*.

Palavras-chaves: Otávio Augusto; Principado; Identidade; Virgílio; *Eneida*.

Résumé

Notre recherche vise à étudier la formation de l'identité romaine au cours de la principauté établie par Octavian, 27 avant J.C a 14 après J.C, respectivement l'année Octavian prend le pouvoir comme *princeps* et l'année de sa mort. Par conséquent, nous examinerons la façon dont ils ont été la propagande impériale et la propagation de Augusto *princeps* l'image pour la consolidation de son pouvoir. Dans notre analyse, nous limitons l'utilisation du travail *Enéide*, un important travail de Virgile, un poète qui a vécu pendant une grande partie du premier siècle avant l'ère commune et a maintenu des relations étroites avec la

politique impériale, demandée par demande Mécène et ses études combinent l'art poétique aux grandes réalisations des *princeps*.

Palavras-chaves: Octavien Auguste ; Principat ; Identité ; Virgile ; *Enéide*.

Introdução

Portador das características e virtudes necessárias, como a *pietas*, a *iustitia* e a *clementia*, Otávio exerceu seu poder não apenas nas frentes de batalhas, mas principalmente, nas artes, na literatura e na arquitetura romana, tornando-se lembrado como a exímia autoridade restituidora da *pax romana*. Entendemos que Otávio conseguiu construir uma imagem de exemplo a ser seguido pelos cidadãos romanos, pois era o mais notável dentre todos, influenciando, desta maneira, na formação ou restituição da identidade romana.

Com base nessas características e nos feitos de Otávio, Virgílio foi encarregado de escrever sua epopeia, que, com muitos estudos e investigações acerca do longínquo passado de Roma, vai buscar em sua fundação, Eneias, personagem principal da epopeia, que traz em si todas as virtudes, devoção aos deuses e a saudosa aclamação das tradições do povo romano. Essa representação nos faz pensar acerca de Otávio Augusto, que seria ele mesmo descendente da *gens Iulia*, mesma raiz do pio Eneias. Otávio não tinha apenas a função de comandar o império, mas de administrar as fronteiras, de exercer poder legislativo e religioso, ou seja, manter tudo o que seus antepassados haviam conquistado. Assim se justificava a manutenção das províncias anexadas ao Império Romano, bem como a manutenção política e religiosa, já que os penates, deuses dos lares e da pátria, acompanharam Eneias desde sua partida da falida Tróia.

Para tal, analisaremos, neste artigo, as representações do poder no principado romano presente na obra *Eneida*, de Virgílio, como veiculadoras de uma identidade imperial, integradas ao processo de romanização e à

consolidação política de governo representado pelo *princeps*, que necessitava de (re) construir a identidade imperial, ressaltando aspectos da tradição (*mos maiorum*), da latinidade e elevando, bem como, legitimando a figura do imperador.

Como base de sustentação teórica, utilizaremos os conceitos de *identidade e diferença* discutidos na obra *Identidade e Diferença: perspectivas dos Estudos Culturais* (2014), organizado por Tomás Tadeu da Silva, pois entendemos que a identidade é construída através do confronto com a diferença, ou seja, da oposição entre o eu e o outro. Dessa maneira, eu só entendo o que sou, quando também entendo o que eu não sou. Nesse processo de afirmação de uma identidade, inclui-se a busca no passado por fatores que reafirmem o que buscamos apresentar ao mundo que somos – essa noção será de suma importância nesse trabalho.

Faremos uso, também, do conceito de *representação* seguindo a ótica de Roger Chartier, historiador francês pertencente à quarta geração dos *Annales*, que nos permite analisar com mais embasamento os signos e os significados que permeiam o Principado Augustano.¹

Para o conceito de relações de poder, desfrutaremos das abordagens de Pierre Bourdieu, na obra *O Poder Simbólico* (1989), no qual apresenta questões pertinentes ao poder simbólico, ou seja, sobre “o poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força capaz de produzir efeitos reais sem dispêndio de energia” (BOURDIEU, 1989, p. 14-15).

Para realizar uma análise mais aprofundada, com maior refinamento e veracidade da pesquisa nas investigações acerca de nossa fonte primária – *Eneida* –, nos utilizaremos de um aparato metodológico proposto por Laurence Bardin: a análise de conteúdo. A metodologia consiste na decomposição da

1

Movimento historiográfico que surgiu na França a partir de uma revista que pretendia desenvolver análises acerca da História Econômica e Social – *Annales d'Histoire Économique et Sociale* –, essa revista, fundada em finais da década de 1920, teve como fundadores, Marc Bloch e Lucien Febvre. Roger Chartier é um dos nomes notáveis dentro da quarta geração em que focaliza seus conceitos acerca da Nova História Cultural, aliando a História às Ciências Sociais e Políticas.

documentação em categorias de análise que segundo a autora devem se organizar em três fases: pré-análise, exploração do material já separado durante a fase de pré-análise e por fim, o tratamento dos resultados (BARDIN, 1977, p. 95-101).

A formação do principado

Desde o século II a.C., a realidade socioeconômica de Roma passava por variadas mudanças que, articuladas em conjunto, geraram crises nas estruturas e no ideário republicano. Nesse contexto, Norma Musco Mendes destaca a

cisão de interesses políticos no interior da classe dirigente romana, crescente demanda militar que afastava o camponês de suas terras, afluxo de riquezas para a Itália e sua inversão na compra de terras, formação de vastas propriedades agrícolas, cuja produção em grande escala voltava-se para uma economia de mercado, crescimento da escravidão, êxodo rural em direção aos grandes centros urbanos, empobrecimento do campesinato e aumento do proletariado urbano que congestionava as grandes cidades, principalmente Roma (MENDES, 1988, p. 52).

Em 70 a.C. os projetos lançados por Sila são abolidos por Pompeu, filiado aos Ótimos, e Crasso, que procurou unir-se aos Populares ao lado de César.² Pompeu garantiu uma posição de destaque, mas não possuía uma política que fosse completamente respaldada na tradição republicana, pois estava investido de um poder militar ilimitado, o que lhe garantiu o comando de vastos territórios e o acúmulo de muitos recursos. Contudo, o Senado aproximou Pompeu de César e Crasso, e nesse momento fora criado o primeiro triunvirato, um acordo secreto, pois não havia respaldo legal. (MENDES, 1988). Mendes menciona que:

2

Os Ótimos, como Pompeu, pretendiam restaurar o poderio do Senado e a liberdade republicana enquanto que os Populares eram homens pertencentes à aristocracia, em sua maioria generais, que foram transformados em representantes do povo, para combater a oligarquia senatorial e justamente se utilizavam do povo para reforçarem seu poder pessoal, essa posição fora defendida por Júlio César (MENDES, 1988).

Neste momento a república deixou de existir. Roma estava nas mãos dos triúnviros, cujo poder repousava na forma militar e na popularidade. A hostilidade e a ambição de cada um destes generais tornavam o equilíbrio entre eles frágil. A morte de Crasso rompeu este equilíbrio, colocando Pompeu e César frente a frente. [...] As partes adversas se propunham, ambas, a defender a República. Teoricamente, a guerra civil opôs César ao Senado defendido por Pompeu, mas na realidade foi um encontro entre os exércitos particulares de Pompeu e César. Ambos ambicionavam o poder pessoal. A vitória significou a dominação de uma facção: a de Júlio César e, por conseguinte, a instalação do regime *autocrático*, fruto da própria desagregação do regime republicano (MENDES, 1988, p. 69-70).

Aparentemente, o governo senatorial havia chegado ao fim juntamente com os golpes de César – os quais não é nosso foco aqui analisar –, aparentemente, pois não podemos negar “o desejo que o corpo de cidadãos tinha de manter sua posição privilegiada no império, e a alta posição atingida pelas duas classes dominantes da comunidade – os senadores e os cavaleiros” (ROSTOVITZEFF, 1986, p. 161).

Dadas as disputas, reformas e crises no setor político, procuraremos explorar também os movimentos no âmbito cultural. Observamos que as influências da cultura helênica aliadas à conquista do Oriente provocaram “modificações culturais, religiosas e morais que abalaram a sociedade romana em todos os níveis de sua hierarquia” (MENDES, 1988, p. 70). Durante o Principado Romano é evidente a grande influência da literatura e filosofia helenística, mas não podemos nos esquecer, também, da religião, em que “os deuses romanos eram assimilados aos dos gregos, novos cultos orgiásticos e o misticismo oriental difundiam-se, principalmente, pelos setores sociais menos favorecidos que, cada vez mais, se distanciavam dos deuses e do sentimento religioso tradicionais” (MENDES, 1988, p. 71-72).³

3

[...] podemos acreditar que parte do problema foi que os praticantes desses cultos ou artes eram vistos como estrangeiros envolvidos em práticas anti-romanas. [...] Estrangeiros com ‘maus hábitos’ podiam ser perigosos [...]. [...] um grande número de cultos orientais de mistérios atraiu pessoas na Itália e nas províncias ocidentais. Esta expressão, ‘cultos orientais’, é genérica porque os cultos em questão tinham – ou diziam ter – elementos de várias partes do Oriente (Ísis, do Egito; Cibele e Átis, da Ásia Menor; Atargatio, da Síria; Mitra, da Pérsia, etc.). O maior problema é que eles continham uma estrutura semelhante envolvendo uma iniciação ritual e a

Entendemos que todos esses fatores, socioeconômicos, políticos e culturais, em constante processo de transformação suscitaram em crises e desafios que as próprias estruturas republicanas não conseguiram solucionar. Destacamos aqui um fator recorrente, isto é, os ataques às tradições romanas que, vez ou outra, resultava em conflitos políticos por conta do descontentamento de uma maioria de cidadãos – no caso, os de ordem senatorial. Dito isso, compreendemos que “a falência das instituições republicanas diante das exigências imperiais e a difusão de novas ideias e costumes procedentes do contato com o mundo helenístico, geraram um contexto histórico propício para a dominação de um único chefe” (MENDES, 1988, p. 73). É neste contexto que vemos surgir à figura de Otaviano.

O Principado foi o governo responsável pela restauração dos valores romanos, da paz e da liberdade, legitimada através da figura do *princeps*, que visava à proteção da propriedade privada, a conservação dos privilégios sociais e a segurança dos indivíduos (MENDES, 2006, p. 26). Otávio foi o escolhido para exercer autoridade pela primeira vez no novo governo que se instalaria, pois era o *primus inter pares*, ou seja, o primeiro entre os iguais (MENDES, 1988, p. 68).

Gaio Otávio Turino, nasceu em 24 de setembro de 63 a.C., filho de Gaio Otávio e Ácia, sobrinha de César, sendo Otávio adotado por este em 45 a.C., passando a ser chamado desde então Gaio Júlio César Otaviano (GRIMAL, 2008, p. 16).

Em 27 a.C. Otávio tornou-se o *princeps Augustus* (PETIT, 1989, p. 115).⁴ O nome Augusto, que hoje ecoa em diversos livros e histórias, foi sugerido por Munácio Planco e incorporado ao nome de Otávio por fins estratégicos do parlamento em 27 a.C. (GRIMAL, 2008, p. 17). Ao receber a investidura dos poderes da *tribunícia potestas*, do *pontificatus maximus* e do *imperium majus*, percebemos que Otávio manteve a antiga tradição republicana no que tange ao

revelação de um conhecimento secreto aos iniciados” (ROSA, 2006, p. 155).

4

Segundo Mendes, o título de *princeps* era dado ao cidadão mais notável e que ocupasse um cargo de liderança no Estado (MENDES, 2006, 26).

conceito dos poderes, porém eles passaram a ser concentrados na figura de um único homem, o *princeps*, que detinha, portanto, as atribuições políticas, legislativas, administrativas e religiosas (MENDES, 2006, p. 27).⁵

Apesar de ser filho – adotivo – de César, Otávio logo demonstrou não querer seguir a forma de governo do pai, ao contrário, buscou maneiras de pacificar e reordenar a sociedade romana, uma vez que “o objetivo de suas primeiras providências foi restabelecer as fileiras mais altas da sociedade romana e o corpo de cidadãos, bem como restaurar a própria cidade de Roma, como afirma Rostovtzeff (1986, p. 163).

Investido dos poderes tribunicios, Otávio recebeu o direito ao veto, à convocação e ao aconselhamento sobre o Senado e sobre as leis (MENDES, 2006, p. 29). A relação de Augusto com o Senado, de acordo com Petit (1989, p.117) era uma relação de grande sucesso, pois era “irresistível e prudente ao mesmo tempo”. Isso porque em meio às guerras civis, deportações e a escassez de natalidade Otávio conseguiu inserir novos partidários e clientes pessoais à antiga *nobilitas* que compunha o Senado (PETIT, 1989, p.117).⁶

Observamos, desse modo, que enquanto na República o direito estava centralizado nas mãos do Senado, composto por uma grande parte militar, no Principado, as atribuições senatoriais foram passando aos poucos para a figura centralizadora do *princeps*. Apesar de Otávio ter mantido os privilégios da ordem senatorial, tornou-se evidente a supremacia do imperador sobre o Senado, que

5

Tribunícia Potestas: era o controle do legislativo e a despendimento do apoio do povo romano. (MENDES, 2006, p. 27); *Pontificatos Maximus*: era a posição de mediador entre os deuses e os homens, incumbido desse poder, o *princeps* deveria garantir a *pax deorum*, ou seja, a paz com os deuses para o bem da sociedade (MENDES, 2006, p. 27); *Império Majus*: “a base de seu poder era um *imperium* difícil de ser definido com exatidão, mas que tinha a aparência de um *imperium* proconsular, pois se exercia sobre uma extensa província: encarregando-se da administração das províncias fronteiriças ou mal pacificadas, ele conservou o comando de quase todo o exército. Em 23 a.C., este *imperium* estendeu-se a todas as províncias, pois foi declarado superior (*majus*) ao dos pro-cônsules.” (PETIT, 1989, p. 116).

6

Denomina-se *nobilitas* a nobreza patrício-plebeia. Uma conquista da plebe, durante o IV século, tornou possível que os plebeus também obtivessem poderes políticos e jurídicos, permitindo a ascensão de certos plebeus. Foi essa elite plebeia que unindo-se a um grupo do patriciado, deu origem a *nobilitas*, ou nobreza patrício-plebeia (MENDES, 1988, p. 21-22).

passou apenas a anunciar e a confirmar as decisões já definidas pelo *princeps* (MENDES, 2006, p. 35-36).

Essa centralização em relação à Otávio, bem como o respeito que conquistou diante da sociedade e do Senado, foram determinantes para a união dos territórios do Império e para o sentimento de segurança e ordem que a sociedade tanto desejava e que haviam sido procurados, sem sucesso, durante a República. Além disso, Otávio conseguiu firmar convictamente a missão providencial de Roma, ou seja, que “pouco a pouco, todas as nações que compunham o seu Império, formavam uma única Cidade” (GRIMAL, 2008, p. 127).

O processo de transição de poder no Principado aconteceu de forma bastante gradual, uma vez que foi apenas em 12 a.C. que ocorreu a transferência do pontificado máximo a Augusto, permitindo-o “exercer sobre todos os institutos do Estado uma soberania ilimitada” (MENDES, 2006, p. 36). Desta forma, entendemos que

Otávio Augusto fundou a monarquia que seu pai adotivo quis fundar. Seguiu, no entanto, métodos diferentes. [...] Otávio percebeu que em sua ação política não poderia menosprezar os sentimentos enraizados no cidadão pela tradição republicana e deveria considerar que aqueles que combateram ao seu lado desejavam, juntamente com a paz, a manutenção de suas prerrogativas e privilégios sócio-econômicos. [...] Otávio Augusto, aos poucos, estruturou um regime híbrido, misturando novidades com permanências, quer dizer, conservou as instituições republicanas, criando, porém, uma administração imperial, acabando assim com o amadorismo republicano (MENDES, 1988, p. 75-76).

Foi neste contexto conturbado e em busca de novas perspectivas que surgiu a imagem de Públio Virgílio Maro, nascido em 15 de outubro de 70 a.C., próximo à Mântua, na Gália Cisalpina. Filho de Magia Polla e Virgílio Maro, foi autor das *Bucólicas* ou *Églogas*, *Geórgicas* e da *Eneida*, além de um grande e influente homem da Antiguidade Romana.⁷

O poeta tinha muito apego a região de Mântua, onde nasceu e cresceu. De acordo com tradições, estudiosos da Antiguidade e arqueólogos, a região é de origem etrusca, no qual seu nome seria derivado do deus Mantus, deus etrusco equiparado a Plutão. O que teria influenciado quanto ao enredo da *Eneida* (GRIMAL, 1992, p. 5-7).

Grimal classifica Virgílio como um “cesarista convicto” e que suas opiniões não eram ainda vinculadas a ninguém. Escrevia conforme seu próprio entendimento, não necessariamente seguia algum padrão pré-determinado de opiniões, porém, sabe-se que houve certa insistência de Mecenas para que dentre Virgílio, Horácio e Propércio, pelo menos um cantasse as “façanhas guerreiras de Octávio” (GRIMAL, 2008, p. 68).

Virgílio que se dedicou durante tempos ao gênero bucólico, à humildade da vida no campo, passou a se dedicar aos heróis e às grandezas de uma epopeia. (GRIMAL, 1992, p. 11).

Quando Virgílio decidiu escrever à tão esperada epopeia em que sonhara Mecenas, ele optou pelos “tempos heroicos, anteriores à própria Fundação de Roma” (GRIMAL, 2008, p. 68). Buscou na *Ilíada* de Homero a sua inspiração, bem como nas histórias contadas já há tempos sobre os antepassados dos romanos, passadas de geração em geração. A *Eneida* versa sobre a história de Eneias após a Guerra de Troia, que dada à derrota para os gregos, ficou ele incumbido pelos deuses de lançar as bases de Roma como continuidade de seu povo. Eneias não era apenas um herói-guerreiro, mas um herói-fundador (OLIVA NETO, 2014, p. 21).

Acontece que a *Eneida* fora uma obra encomendada e por isso deveria ser feita conforme a determinação do requerente, no caso, Otávio Augusto. Faz-se necessário evidenciar que não devemos pensar que Otávio decidiu tudo o que deveria ser posto na epopeia ou tudo aquilo que não deveria. O que ele necessitava era, simplesmente, uma epopeia que cantasse suas virtudes, que trouxesse à lume o sentimento patriótico e religioso do cidadão romano e que a

“O nome de sua *gens*, *Vergilius*, parece indicar que a família de seu pai pertencia à componente etrusca dos mantuanos, o que está de acordo com o *cognomen* Maro (Marão), termo que, entre os etruscos, designava uma magistratura” (GRIMAL, 1992, p. 17)

obra o legitimasse.⁸ Detalhista e perfeccionista, como outros escritores do ciclo de Mecenas, solicitou, através de um testamento, a destruição da *Eneida* após sua morte, pois não haveria de ser tão amplamente divulgada sem seus últimos retoques. Virgílio veio a falecer em 20 de setembro de 19 d.C., em Brindisi, e “apesar de seu compromisso cada vez maior com as transformações da imensa Roma, em espírito, Virgílio sempre permaneceu fiel à sua ‘pequena pátria’, [Mântua]” (GRIMAL, 1992, p. 2-3). No entanto sua obra não foi destruída e ganhou grandes proporções no período chegando até os dias de hoje, onde podemos desfrutar da riqueza de detalhes e explorar o conteúdo para descobrirmos cada vez mais sobre o passado romano.

Poder, identidade e representação do Principado Augustano na obra *Eneida*

A *Eneida* é uma obra muito ampla e extensa a vários quesitos sociais, religiosos, políticos, familiares, entre outros. Neste tópico, nos propomos a analisar as representações do *mos maiorum*, ou seja, da tradição e a forma com que esta contribuiu para o ideal de *romanitas*.⁹

O *mos maiorum* deve ser entendido como um compilado de regras morais que permeavam as classes dirigentes. Tradicionalmente não eram regras escritas ou leis sistematizadas, mas um importante código moral e político que tinha como condutor a prática das *uirtus*.¹⁰

8

Consta que, quando Virgílio sentia alguma dúvida sobre o que escrevera, fazia uma leitura do trecho a um público composto por amigos, para neles testar a sua qualidade. O critério dessa qualidade era-lhe dado pela reação desse público não só ao sentido do verso, mas à sua música e a seu poder de encantamento. [...] Para Virgílio, a poesia só adquire sentido pleno quando animada pela voz do poeta (GRIMAL, 1992, p. 201-202).

9

Para os romanos, o *Mos maiorum* diz respeito ao “suporte fundamental e modelo do seu viver comum à tradição, no sentido de observância dos costumes dos antepassados [...]” (PEREIRA, 2002, p. 357).

10

Entendemos que a tradição não é algo meramente estático, imóvel, mas algo que buscamos como inspiração para novas significações e desenvolvimentos (PEREIRA, 2002, p. 360). Assim o fez Virgílio, que se utilizou de elementos tradicionais da cultura romana para compreender e dar sentido às demandas do presente.

A tradição, bem como diversos outros aspectos da vida cotidiana, política e religiosa, possui seus significados e representações. Segundo Chartier, “a representação é o instrumento de um conhecimento mediato que faz ver um objeto ausente substituindo-lhe uma ‘imagem’ capaz de repô-lo em memória e de ‘pintá-lo’ tal como é” (CHARTIER, 1991, p. 184). Assim vemos, por exemplo, a importância que Virgílio concede aos penates na *Eneida*. Ele profere:

Esses penates desempenham papel importante na *Eneida*: são depositários e símbolo da “raça troiana”, uma espécie de fragmento arrancado ao solo frígio, à pátria. Onde estiverem estará a pátria. [...]. Os penates são o coração, a raiz profunda. Também são a fonte do poder; estáveis, imortais, resistirão a todas as revoluções e a todas as viagens (GRIMAL, 1992, p. 205, grifo nosso).

Dada a ênfase na resistência desses penates às revoluções, podemos perceber que a tradição mantém alguns elementos e aspectos que permitem a continuação da cultura como égide desse povo romano.

Na seguinte passagem da *Eneida*: “E, de repente, exclamou: ‘Salve, terra que os Fados nos deram! Salve também, aqui mesmo, sagrados Penates de Troia! Eis a nossa pátria, a morada.” (VIRGÍLIO, VII, p. 455), temos uma clara representação do que do que seria a Roma de Augusto.

O destino, representado pelos Fados, levou Eneias até o Lácio e permitiu que a linhagem da *gens Iulia* sobrevivesse. Eneias saúda os penates que o acompanhou desde Tróia, fazendo-o suportar os desafios e problemas que surgiram ao longo do percurso até a fundação de sua nova morada. De tal modo, os penates representam uma das bases do poder de Otávio, visto que

Virtus: “[...] é interior a quem a possui. É ‘ser homem’ no sentido de ‘ser homem direito’” (PEREIRA, 2002, p. 405-406).

este, imbuído dos poderes do *pontificatus maximus*, agregou o cognome Augusto, que estabelecia uma relação de proximidade com os deuses.

Como dissemos, o *mos maiorum* é caracterizado pela tradição, não é um código de leis reconhecidas juridicamente, e, assim como as *uirtus*, são regras morais de grande valia social que permite um cidadão destacar-se mais do que os outros a tal ponto que possa ser visto como exemplo para os demais. Augusto foi um desses homens, pois, segundo Pereira (2002, p. 406), “as qualidades de Augusto que o Senado mandara celebrar no escudo de ouro que dedicou ao príncipe eram *Uirtus, Clementia, Iustitia, Pietas*. Tudo isso significa que *Uirtus* era sentida como um valor fundamentalmente romano”.¹¹

Em mais uma passagem da *Eneida*, Virgílio declara:

O pio Eneias, a espada nas mãos, deste modo se exprime: ‘Sol que me ouvis! E tu, terra da Itália que tantos trabalhos já me impuseste! Ora invoco-vos nesta especial conjuntura. Onipotente senhor! E tu, filha do grande Saturno, menos adversa a meu Fado, conforme o desejo! E tu, Marte, que a teu talento somente diriges o curso das guerras! Fontes e rios invoco, deidades do céu, benfeitoras, e as divindades, também, moradoras no ponto cerúleo! Se a Turno ausônio a Fortuna impassível ceder a vitória, para a cidade de Evandro os vencidos então se recolham. Lulo sairá desta zona, e jamais os consócios de Eneias lhe farão guerra, nem nunca este reino será molestado. E o oposto disso: se Marte nos der a vitória ambiciada, conforme o espero [...], não forçarei à obediência dos teucros aos povos da Itália, nem o reinado reclamo sobre eles; num pacto perpétuo de paz e aliança os dois povos potentes serão sempre amigos. Nossas deidades e o culto daremos aos povos da Itália. Fique Latino, meu sogro, com as armas e o império solene, pois fundarão os troianos cidade de nome Lavínia’ (VIRGÍLIO, XII, p. 811).

Nos versos acima é possível perceber algumas demarcações importantíssimas para a nossa análise. Primeiro, Eneias, o pio, portando uma espada põem-se a discursar. Vemos que Eneias não é um homem comum, ele é

11

A *Clementia* é entendida como um “termo político especialmente adequado às finalidades de propaganda, goza de uma aura extraordinária no tempo das guerras civis e fica particularmente ligado à figura de César, a quem o Senado honra com um templo dedicado à *Clementia Caesaris*, onde a personificação de *Clementia* aparecia de mãos dadas com o general (PEREIRA, 2002, p. 369).

o pio – devoto, piedoso, caridoso –, portador da *pietas*, além disso, é um guerreiro, pois porta uma espada, e, por portar também diversos discursos ao longo da obra, percebemos que ele não só detém o poder bélico, mas o poder da fala, do discurso. Em segundo lugar, dirige sua fala ao Sol ou ao Onipotente Senhor – representações de Júpiter – que sempre fora favorável a Eneias e aos destinos deste; volta sua palavra também a Marte, que nas guerras esteve presente, e à Juno, filha de Saturno, que desde o início se manteve contra os destinos e contra a glória de Eneias e dos troianos. Eneias invoca todas as divindades para firmarem um trato, fato que representa, claramente, a *fides*. Por último, como forma de Eneias entender o seu destino, propõe aos deuses que caso Turno saia como vencedor, ele não insistirá mais na guerra e se recolherá com os seus pares, mas que, caso acontecesse o contrário – a vitória for concedida aos troianos –, eles não pretendiam submeter os teucros, buscariam um laço de amizade entre os povos permitindo que os povos da Itália também cultuem seus deuses que foram favoráveis aos troianos. Nesse ato vemos uma tentativa de reconciliação com a paz e com os desejos divinos, tal qual Augusto em seu governo, que não busca apenas dominar, mas sim agregar o império.¹²

Todo conjunto do sistema representativo contido na *Eneida* serviu de base para a afirmação da identidade romana.¹³ Compreendemos que “a identidade é marcada pela diferença e por meio de símbolos [e que uma] das formas pelas quais as identidades estabelecem suas reivindicações é por meio do apelo a antecedentes históricos” (WOODWARD, 2014, p. 9-11). Podemos

12

A *Fides* configura-se como “um juramento que compromete ambas as partes na observância de um pacto ‘bem firme’. [...] Era na *fides* romana que estava uma parte da explicação da espantosa capacidade de congregar os povos sob a sua égide” (PEREIRA, 2002, p. 334-335).

13

Ressaltamos que não pretendemos delinear uma suposta superioridade ou inferioridade acerca dos elementos que demarcam alguma afirmativa romana, mas procuramos encontrar aqueles aspectos que, em geral, mais se aproximam do caráter do cidadão romano ou da identidade imperial.

perceber, portanto, que a identidade depende da diferença para existir e que não se trata de uma noção de superioridade e inferioridade. Por isso, buscamos um paralelo entre as relações entre o passado e o presente que permitiram a Virgílio delinear a identidade romana na *Eneida* e como ela serviu de apoio à identidade imperial durante o Principado Augustano.

Toda a *Eneida* de Virgílio é voltada ao passado, à fundação de Roma e ao advento do povo romano, contudo, esse passado é baseado em aspectos que permeiam o presente e que legitimam esse presente vivido por ele, ou seja, a transição da República para o Principado. Esse passado retratado na obra dita o futuro, que é justamente o presente vivido por Virgílio, que declara:

Tudo isso há de ser recordado um dia. Por entre casos variados, perigos sem conta, avançamos na direção prometida do Lácio, onde os Fados nos mostram o ambicionado descanso nos reinos futuros de Troia. Voltai a ser o que sois, e aguardai um futuro risonho (VIRGÍLIO, I, p. 89).

Reportando-se aos troianos, Acestes, aliado de Eneias, fala e garante o profícuo futuro que encontrarão, apesar de todas as batalhas e dificuldades enfrentadas, pois é assim que os Fados decidiram que seria.¹⁴

Para nos adentrarmos mais atentamente às análises acerca do aparato de representações e identidades difundido por Virgílio, é preciso que compreendamos que tanto uma quanto a outra foram maneiras simbólicas de exercício de poder. Utilizamos, neste caso, a noção de poder simbólico, que, segundo Bourdieu (1989, p. 14-15), é “o poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força. [...] capaz de produzir efeitos reais sem dispêndio de energia”.

Conseguimos verificar certa exaltação de Virgílio em relação a Eneias que, por vezes, na *Eneida* é referido como: “Eneias, o pio”; “Eneias, nosso rei”; “pai excelso dos teucros”, entre outros qualitativos. É no primeiro livro da *Eneida*

14

Acestes foi o “rei da Sicília que lutou por Troia e depois voltou à pátria; fundador da cidade de Segesta é também chamado Segestes” (OLIVA NETO, 2014, p. 869).

que Eneias surge, pela primeira vez, com o adjetivo “pio” ligado ao seu caráter: “máxime Eneias, o pio, a desgraça de Oronte lamenta”, afirma Virgílio (I, p. 91). Neste trecho está delineada uma das principais características e virtudes de Eneias: a piedade e o apego ao religioso.¹⁵ Essas afirmativas religiosas davam a Otávio sua legitimação como o divino Augusto, aquele apegado aos deuses e aos seus desígnios.

A máxima da epopeia, que define tanto Eneias e Augusto ao mesmo tempo, algo que liga a fundação de Roma ao Principado e aos seus respectivos líderes, pode ser encontrada em um discurso de Ilioneu, onde o mesmo diz que “Eneias foi nosso rei, o mais justo e piedoso dos homens, de comprovado valor nos combates; em tudo, o primeiro” (VIRGÍLIO, I, p. 115).¹⁶

A *iustitia* e a *pietas* foram importantes para a composição tanto do herói Eneias, líder troiano do passado, como do herói do presente, o *princeps* Otávio, líder do império e exímio cidadão. Apenas a piedade e a obediência às deidades permitiriam que os homens lograssem êxitos, como fica evidente na fala do pai Anquises: “Enfim chegaste! Venceste o caminho com a tua piedade de filho amado [...]” (VIRGÍLIO, VI, p. 423).

Considerações finais

O nosso objetivo nesse trabalho foi contribuir para os estudos acerca da Antiguidade Romana, principalmente sobre as questões pertinentes à formação de tal identidade, atrelada às relações de poder no contexto do Principado Augustano e que tal análise nos permita refletir a nossa própria sociedade.

Por isso, utilizamos como fonte documental a obra *Eneida*, de Virgílio, e discutimos a maneira com que o autor construiu a epopeia, aliando o desejo de de Otávio em legitimar seu poder e seu papel restaurador da ordem com a

15

Piedade pode ser compreendida pelo latim, *pietas*: “define-se habitualmente como um sentimento de obrigação para com aqueles a quem o homem está ligado por natureza, como pais, filhos, parentes” (PEREIRA, 2002, p. 338).

16

Ilioneu foi um “troiano, capitão de uma das naus da frota de Eneias” (OLIVA NETO, 2014, p. 874).

necessidade de buscar elementos tradicionais que unissem os romanos por meio da cultura, de princípios e valores. Virgílio conseguiu explorar os elementos que demarcavam o passado de Roma e relacioná-los com questões pertinentes à própria realidade, resgatando, de tal maneira, assuntos tão importantes como os que exploramos nesse trabalho.

Virgílio conseguiu, através do mito fundador, expor a imagem que Augusto desejava para Roma, ou seja, de imponência. Buscou-se o exímio exercício da política romana em Eneias que, por onde passou, foi admirado pelas suas virtudes, seja pela obediência aos deuses ou pela sua piedade, e criou laços, fazendo aliados e combatendo firmemente os inimigos em prol das divindades, da pátria e da família, tal como Augusto.

Para concluir, concordamos com a seguinte afirmação de Pierre Grimal:

Virgílio [trabalhou] para “esculpir” uma imagem (talvez um mito) da alma romana, e esta imagem era precisamente aquela que desejava Augusto. Não resulta daqui que esta imagem tenha sido absolutamente falsa e arbitraria. O próprio Augusto encontrava os principais traços dela na tradição. Tal como Virgílio não inventou Eneias [...], Augusto também não criou, com todos os seus elementos, um ideal romano. Ele existia, se bem que alterado, meio apagado já pelo esquecimento, pela evolução dos costumes, pelas transformações sociais e econômicas. É inegável que a revolução augustana foi uma *restauração* e que, ao restituir Roma a si mesma, prolongou a sua vida por muitos séculos. E se, nesta obra de reconstrução espiritual, o principal papel parece ser assumido pela poesia, é porque, num tempo em que os livros custavam caro, em que o ensino fazia um largo apelo à memória, a leitura colectiva dos poetas, de que se aprendiam longos fragmentos desde a infância, constituía o essencial da formação moral. A *Eneida* foi, durante gerações e até ao fim da Antiguidade, o catecismo da juventude romana, o compêndio de uma fé no destino de Roma, que não sobreviveu apenas à ruína da dinastia juliana mas à própria ruína de Roma [...] (GRIMAL, 2008, p. 94-95).

A *Eneida*, tão amplamente divulgada, além de contar com diversas propostas para assimilação da figura de Otávio Augusto e para a fundamentação e justificação do seu poder, serviu aos cidadãos romanos para que resgassem os valores dos seus ancestrais, fazendo ressurgir, assim, as tradições. É difícil

para nós definirmos se a era augustana tratou-se de um novo nascimento de Roma ou não, pois apesar de ter se intensificado as propagandas e as afirmações identitárias no período, não quer dizer que durante a República ninguém as praticasse. Concordamos, contudo, que, em se tratando da intensificação e ênfase que se deu nas práticas morais tradicionais, o Principado de Otávio utilizou-se muito das propagandas que legitimava o *princeps* e todo o império. Destacamos, com especial ênfase, o pacto dos cidadãos com a moral, que se configurou como a força motriz da identidade imperial, capacitando-os a consolidar o poder do império.

Sobre a autora:

Ana Cecília Stein é Licenciada em História pela Faculdade Saberes.

Email: anaceciliastein@gmail.com.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Documentação primária

VIRGÍLIO. *Eneida*. São Paulo: Editora 34, 2014.

Obras teóricas e metodológicas

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CHARTIER, Roger. *O mundo como representação*. São Paulo: Estudos Avançados, 1991, v. 5, n. 11, p. 173-191.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 15. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e Diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 15. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014, p. 7-72.

Obras de apoio

GRIMAL, Pierre. *O Século de Augusto*. Lisboa: Edições 70, 2008.

GRIMAL, Pierre. *Virgílio ou O segundo nascimento de Roma*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

MENDES, Norma Musco. O sistema político do principado. In: SILVA, G. V. da; MENDES, N. M. (Orgs.). *Repensando o Império Romano: perspectiva socioeconômica, política e cultural*. Rio de Janeiro: Mauad; Vitória: EDUFES, 2006, p. 21-51.

MENDES, Norma Musco. *Império e romanização: estratégias, dominação e colapso*. Brathair, São Luís, n. 7, p. 25-48, 2007. Disponível em: <<http://www.brathair.com>>. Acesso em: 29 out. 2016.

MENDES, Norma Musco. *Roma Republicana*. São Paulo: Ática, 1988.

OLIVA NETO, João Angelo. Comentários. In: VIRGÍLIO. *Eneida*. São Paulo: Editora 34, 2014, p. 9-65.

OLIVA NETO, João Angelo. Comentários. In: VIRGÍLIO. *Eneida*. São Paulo: Editora 34, 2014b, p. 869-879.

PEREIRA, Maria Helena da Rocha. *Estudos de História da Cultura Clássica*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

PETIT, Paul. *Paz romana*. São Paulo: Pioneira, 1989.

ROSA, Cláudia Beltrão da. A Religião na Urbs. In: SILVA, G. V. da; MENDES, N. M. (Orgs.). *Repensando o Império Romano: perspectiva socioeconômica, política e cultural*. Rio de Janeiro: Mauad; Vitória: EDUFES, 2006, p. 137-159.

ROSTOVTZEFF, Michael Ivanovitch. *História de Roma*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.